

# **BASES GRAMSCIANAS PARA COMPREENSÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL COMO EXPANSÃO DA HEGEMONIA**

Joeline Rodrigues De Sousa<sup>1</sup>

Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica.  
(Antonio Gramsci)

## **RESUMO**

Um dos grandes pilares da força hegemônica dominante, especialmente no contexto hodierno, é a Política educacional, esta tem se tornado central na formação de professores, transmitindo as diretrizes para a conduta de trabalho e ensino fixadas pelos organismos internacionais. Nesse sentido, a concepção original de hegemonia delineada por Gramsci torna-se uma fonte de inspiração fundamental para compreender os meandros que engendram as relações de força, enfrentar os impasses atuais e construir uma sociedade livre e emancipada.

Palavras-chave: Estado. Política. Hegemonia. Política educacional.

## **INTRODUÇÃO**

A Política educacional tem se tornado conteúdo fundamental para a formação de professores de todos os níveis como meio de compreensão dos dispositivos legais, diretrizes que regem tanto a forma quanto o conteúdo educacional, isto é, tanto o que ensinar, quanto como ensinar. Pois é através da Política educacional que se estabelece a organização curricular, métodos de ensino, material didático, financiamento, avaliação e controle de programas e projetos educacionais que serão desenvolvidos pelas escolas e educadores, ou seja, tudo o que se faz e como se faz em termos educativos, sobretudo, no âmbito da escola pública em que se encontra a grande maioria dos filhos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, tratar de Política educacional exige uma compreensão mais rigorosa e mais ampla, para além da análise

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Grupo de estudos e pesquisas em Antonio Gramsci G-Gramsci <<https://www.facebook.com/GGramsci.UFC>>. E-mail: joelinemomo@yahoo.com.br.

tecnicista abordada nos cursos de formação de professores, o que implica a compreensão de sua natureza, função social e de seus objetivos. Para tanto, não podemos descurar que Política educacional é na verdade, uma política social ou uma política pública de Estado, portanto, é necessário compreender as relações sociais que alicerçam o Estado e suas ações, o que implica buscarmos a sua gênese e seu desenvolvimento histórico para efetivamente compreendermos em que lugar esta se situa no contexto histórico-concreto da sociedade hodierna.

Nesse espectro, organizamos nossas reflexões em três momentos: no primeiro buscamos recuperar a origem e natureza do Estado e da política; no segundo momento, buscamos delinear a configuração do Estado moderno que tem como centralidade disseminar a democracia burguesa e a política educacional enquanto expressão desta como formadora de cidadãos; e no terceiro e último momento, analisar, a partir do prisma da luta de classes, a política educacional como instrumento de exercício hegemônico dominante no contexto de crise do capital e os desdobramentos para o movimento subalterno que vislumbra a transformação radical deste estado de coisas e a construção de uma nova sociedade. Para isso, nos apoiamos mormente em Gramsci, bem como, Marx e Engels, entre outros.

## A NATUREZA DO ESTADO E DA POLÍTICA

Para compreendermos os fundamentos da Política educacional e seus desdobramentos sobre a organização social, como instrumento de manutenção ou transformação do *status quo*, é preciso remontarmos a tempos históricos anteriores, os quais nos trazem os elementos necessários para desvelarmos sua natureza e sua função, seu ser.

Marx no *Manifesto do Partido Comunista* afirma que “a história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes” (2010, p.45), referindo-se à relação oprimidos e opressores em cada etapa histórica: homem livre e escravo; patrício e plebeu, senhor e servo, burguesia e proletariado. Contudo, esta afirmação daria um tom fatalista ao seu pensamento, caso não fosse esclarecido que Marx se referia a toda a história escrita, pois em 1847, quase toda a organização social anterior era quase desconhecida. Este esclarecimento coube a Engels em sua nota à edição inglesa de

1888<sup>2</sup>, na qual afirma que as comunidades primitivas se organizavam com base na posse comum da terra e com a dissolução dessas comunidades, a sociedade começou a se dividir em classes diferentes e finalmente antagônicas.

Engels, baseado nos estudos de Morgan<sup>3</sup>, buscou retratar este processo em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de forma minuciosa, acrescentando todos os elementos que dispunha para referendar o materialismo histórico formulado por Marx e alcançados por Morgan em suas investigações sobre a "pré-história", no qual ratifica que "o momento determinante é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Todavia, ela possui duas facetas: de um lado, a produção dos meios de existência [...]; de outro lado, a produção do homem mesmo, a reprodução do gênero" (Engels, 2010, p.18).

A comunidade primitiva, extremamente dependente da natureza pelo parco desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, produzia somente o necessário para a vida cotidiana, como afirma Ponce (2007, p.17), "o que era produzido em comum era repartido por todos, e imediatamente consumido". Dessa forma, não havia a possibilidade de acumulação de bens e a organização social se assentava sobre a propriedade comum da terra e pelos laços de sangue – os gens.

Nesse cenário, a divisão do trabalho ocorria de acordo com "a diferença entre os sexos, mas sem o menor submetimento por parte das mulheres" (PONCE, 2007, p.18), pois todas as funções eram consideradas funções públicas, tanto a função de fornecer alimentos a cargo dos homens, quanto a direção da economia doméstica desenvolvida pelas mulheres. Todos eram iguais, inclusive as crianças que a partir de 7 anos eram introduzidas no processo de trabalho e eram educadas na própria atividade, tomando parte nas funções da coletividade.

Conforme Ponce (2007, p.19), "a educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da sociedade em seu conjunto, da mesma forma que a linguagem e a moral", pois não havia escola, nem método ou indivíduo encarregado da educação das crianças, ainda assim, formavam-se adultos idênticos, conforme Marx, ligados à comunidade por um verdadeiro "cordão umbilical"<sup>4</sup>. Por conta da

2 Marx e Engels (2010, p. 34).

3 Ancient Society, or Researches in the lines of Rumon Progress from Savagery through Barbarism to Civilization. Lewis H. Morgan. Londres, MacMillan and Co., 1877.

4 Marx apud Ponce, 2007, p.19.

organização coletiva da vida, sem graus ou hierarquias, com a disposição dos bens à todos, as decisões ocorriam em conselhos pelos adultos e a “consciência era um fragmento da consciência social, e se desenvolvia dentro dela”(PONCE, 2007, p.21).

Toda essa organização social coletiva que mantinha uma educação espontânea e integral<sup>5</sup> se dissolve em meio ao lento e gradual aparecimento da sociedade de classes, a qual se originou da necessidade de criar formas de acelerar o processo produtivo dado “o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada” (PONCE, 2007, p.22). Considerando que as forças produtivas eram rudimentares e a força humana de trabalho mantinha uma irrisória produtividade, inicia-se o processo de divisão entre o trabalho manual e intelectual, pela necessidade da comunidade manter um grupo livre do trabalho manual para que pudesse trabalhar no desenvolvimento das forças produtivas necessárias e, dessa forma, pudesse libertar o grupo social inteiro do pesado tempo de trabalho despendido para reproduzirem a sua existência. Contudo, essa estratégia se converte no estabelecimento da hegemonia de um grupo dominante que se constitui pela exaltação de poderes advindos do conhecimento que deveriam adquirir para o interesse social.

Engels (2010), mostra *pari passu* como ocorre o movimento de transição da comunidade primitiva para a “civilização”, a sociedade de classes, fruto da separação da direção do trabalho do próprio trabalho, da cisão das forças físicas e mentais que ocorrem a partir do desenvolvimento da técnica pela domesticação dos animais e introdução da agricultura que possibilitou o fim da vida nômade, a possibilidade de produção do excedente e, conseqüentemente, do ócio. Com o aumento da produtividade, surge a necessidade de novos braços, por isso, os prisioneiros de guerra não são mais eliminados, mas feitos escravos, tendo em vista que o trabalho começa a adquirir valor, posto que produzir mais que o necessário impulsiona o acúmulo e intercâmbio de bens e por conta dos privilégios incorporados pelo grupo que se torna dominante, acentuam-se as diferenças de fortuna. Assim, como afirma Engels,

---

5 Conforme Ponce (2007), espontânea na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculcá-los, integral no sentido que cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que na comunidade era possível receber e elaborar.

Os interesses mais vis – a baixa cobiça, a brutal avidez de prazeres, a sórdida avareza, o roubo egoísta da propriedade comum – inauguram a nova sociedade civilizada, a sociedade de classes; os meios mais ultrajantes minam e derrubam a velha sociedade sem classes das gens: o furto, a violência, a perfídia e a traição. E a nova sociedade, através desses 2.500 anos de sua existência, não tem sido senão o desenvolvimento de um pequena minoria às expensas de uma grande maioria explorada e oprimida; e continua a sê-lo, hoje mais do que nunca. (ENGELS, 2010, p.126)

**Os privilégios e bens adquiridos tornam-se propriedade privada do grupo de organizadores e administradores que dão continuidade ao seu poder pela transmissão hereditária das funções que ocupam e bens que acumulam. Dessa forma, o grupo dirigente assegura sua estabilidade de dupla forma: com o casamento monogâmico que consolida a figura masculina como a figura *pater* necessária à reprodução da exploração do homem pelo homem; e pela negação do conhecimento que passa a ser transmitido somente àqueles que exercem função dirigente, isto é, compõem a casta superior.**

**Porém, essa dupla forma ainda não era suficiente para eliminar os resquícios da organização social anterior, baseada na coletividade, a nobreza que surgia com atribuições militares, religiosas e judiciais<sup>6</sup> passa a valorizar a riqueza como bem supremo e, portanto, fazia-se necessária uma instituição que assegurasse**

as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas -; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em

---

6 O portador dessas atribuições era o basileu, general, juiz e sumo-sacerdote que não detinha poder governamental no sentido ulterior da palavra, pois este era chefe de gens mas compunha o conselho (bulé) (Engels, 2010).

classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 2010, p.137 – grifo do autor)

Nesse viés, no Mundo Antigo, especialmente no mundo grego ateniense, ocorre a paulatina dissolução da organização gentilícia com a centralização administrativa, o surgimento do cidadão vinculado não mais ao seu gen, mas ao seu território, à *polis*. Porém, como a divisão social baseia-se em privilégios e propriedade, nem todos eram considerados cidadãos e tinham os mesmos direitos e deveres garantidos pelas constituições, pois esta atendia “a divisão de todo o povo em três classes: os *eupátridas* ou nobres, os *geômeros* ou agricultores e os *demiurgos* ou artesãos” (ENGELS, 2010, p.140), aos primeiros o Estado garantia direitos e privilégios de classe especial, a participação na vida político-administrativa. A cidadania era um privilégio da classe dirigente e, por isso, “um dos traços característicos essenciais do Estado é a existência de uma força política separada da massa do povo” (ENGELS, 2010, p.150).

A democracia grega era baseada em orgulho e ambição e este era o solo das relações contraditórias que originaram o direito e a política como exercício do poder do grupo dominante. Para isso que o Estado logo assume a tarefa de educador dos jovens que exerceriam a função dirigente, o ócio digno<sup>7</sup>, dada a necessária reprodução da divisão social em classes para manutenção da propriedade privada. Nesse sentido, enfatiza-se o manejo da palavra que torna-se uma arma de luta para o convencimento nas assembleias políticas e judiciais, daí a importância do exercício da retórica, da oratória política, da riqueza dialética, desenvoltura e agilidade mental, enquanto as classes marginais continuam a educar-se pela sua atividade laborativa restrita e imediata.

Ao analisar as relações de força, oriundas da luta de classes, Gramsci (2011a, p. 41) distingue três momentos que sintetizam todo o quadro histórico que esboçamos até aqui, das quais nos interessa especialmente o segundo momento que, por sua vez, apresenta três graus: o econômico-corporativo - em que a solidariedade ocorre por unidade homogênea do grupo específico; o da consciência

---

7 A escola surge como o lugar do ócio, lugar daqueles que não se envolviam com o trabalho manual.

da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico; por fim, a superação consciente dos vínculos corporativos meramente econômico que tornam-se interesse de outros grupos subordinados, a fase mais estritamente política, a passagem da estrutura para as superestruturas, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

O Estado revela-se assim como sentinela da propriedade privada e guardião dos interesses dos grupos dominantes, através do seu poder legislador, educador e regulador da vida social, mantendo as classes subalternas longe do conhecimento e da cultura, reforçando a separação entre força física e mental, impedindo e interrompendo as tentativas de transformação social desde sua gênese no mundo antigo, bem como, em cada etapa histórica ulterior<sup>8</sup>, aperfeiçoando-se em sua ação política até revestir-se como o moderno Estado burguês capitalista.

### **ESTADO DEMOCRÁTICO E POLÍTICA COMO AÇÃO HEGEMÔNICA**

Como vimos, o Estado mantém uma relação ontológica com a sociedade de classes, visto que sua origem ocorre como resposta à necessidade das camadas superiores que se estabeleceram e vislumbravam perpetuarem-se, portanto, sua natureza, ou seja, sua função social é atender às necessidades e interesses do grupo dominante, colaborando para a reprodução do seu domínio e poder através do exercício da política e da operação do direito.

Esta atividade com todo seu caráter opressor reveste-se com a roupagem da democracia e da liberdade com o estabelecimento da sociedade burguesa moderna, “produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca” (MARX, 2010, p.47). Cada etapa de desenvolvimento do grupo dominante refletiu em um progresso político correspondente, no caso da “burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político

---

<sup>8</sup> “Classe oprimida sob o domínio dos senhores feudais, associações armadas e autônomas na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia, depois, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza da monarquia corporativa ou absoluta e, em geral, principal fundamento das grandes monarquias” (MARX, 2010, p.47).

moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa" (MARX, 2010, p.47). Ao derrubar as barreiras nacionais, a burguesia unificou os interesses políticos e econômicos à sua imagem e semelhança, implantou a livre concorrência e uma constituição política e social adequada à sustentação e homologação da propriedade privada.

Contudo, a dissolução das velhas formas societárias feudais - em que a vida social era controlada imediatamente pelos aparelhos ideológicos do Estado<sup>9</sup> - e a consolidação dos ideais liberais originaram novos organismos sociais que reelaboraram a vida social e seu controle pelos aparelhos privados de hegemonia<sup>10</sup> gerando uma nova configuração política e estatal. Gramsci, na esteira da tradição do marxismo dialético consegue aferir, a partir do estudo dos intelectuais que

Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais [...]. (GRAMSCI, 2005, p.84)

Conforme Liguori (2003), Gramsci não concebe o Estado como o sujeito da história, isto é, o sujeito que levará a cabo a transformação social e do poder, pois, sua compreensão é dialético-orgânica, isto é, compreende a existência da determinação recíproca entre as esferas sociais a qual tem sua raiz fundante no antagonismo de classes<sup>11</sup>. Nesse sentido, o momento predominante da organização

9 Especialmente pela Igreja.

10 Associações, sindicatos e a escola. Com a consolidação da sociedade democrática, a adesão aos ideais hegemônicos passa a ser privada e isso se configura com o surgimento das instituições no seio da sociedade civil.

11 Ainda que para facilitar sua concepção seja necessária fazer distinção entre sociedade política e sociedade civil, estrutura e superestrutura, tal distinção é puramente metodológica, pois de fato há entre elas uma relação orgânica.

política e estatal no sistema capitalista é regido pela lógica da mercadoria, pela lógica do lucro, a economia que pressupõe relação de opressão, pois o “primeiro elemento é que existem efetivamente governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial [...]” (GRAMSCI, 2011, p.324). Pensar que o Estado criaria as condições ou trabalharia na perspectiva de criação de uma nova sociedade é ingenuidade digna de compaixão da magnitude que sentiram os contemporâneos de Giordano Bruno, o qual fora condenado à fogueira e, durante seu julgamento, afirmou ter sido ingênuo por acreditar que quem está no poder mudaria o poder<sup>12</sup>.

Gramsci, ao contrário, compreendendo a complexificação social, da ação política e do Estado em meio à contraditórias relações orgânicas engendradas no seio de uma sociedade dita democrática e livre, percebe que é preciso mais que um aparelho coercitivo repressor, é necessária a obtenção do consenso social, educar as massas, organizá-las, exercer a hegemonia. O autor sardo afirma que “[...] se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado é = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011a, p.244).

A sociedade civil torna-se a esfera fundamental de exercício do governo através da ação política, da disputa pela direção, da força hegemônica através da criação e disseminação de ideais, sentimentos, posturas que tornam-se senso comum e validam o modo de vida capitalista. Por isso, “[...] o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados” (GRAMSCI, 2011a, p.119), poderíamos acrescentar aqui a mídia, a escola e a política educacional.

Como afirma Gramsci no Caderno 22, a hegemonia nasce da fábrica, isto é, as relações de produção originam novas relações sociais necessárias para sua sustentação, nessa lógica que se constituiu todo o aparato educacional. Em outras palavras, a partir da fábrica e das novas relações de produção capitalista se originaram

---

12 Giordano Bruno ao reconhecer a relação orgânica do homem com o mundo escreveu e divulgou suas teses e pretendia impulsionar uma reforma da Igreja Católica da qual fazia parte como frade dominicano, o que o subjugou à inquisição e à condenação.

o fazer educacional que assumia e assume como centralidade, a formação do novo homem, o cidadão. Assim como com o desenvolvimento das forças produtivas todos os cidadãos, homens, mulheres e crianças, que detinham apenas sua força de trabalho, foram levados à fábrica, também foram conduzidos ao espaço escolar para atender as novas necessidades do mundo produtivo que tem a ciência e o conhecimento como moderna força produtiva. Dessa forma, todos os sujeitos, indistamente de sua classe, agora “reconhecidos” como indivíduos, são convocados a engajar-se no desenvolvimento do projeto de sociedade burguesa, o qual necessita de pessoas letradas para o manejo da vida cotidiana baseada no contrato<sup>13</sup> e na burocracia<sup>14</sup>, bem como de pessoas que saibam desenvolver com máxima eficiência seu trabalho<sup>15</sup>. A educação, sobretudo, dos trabalhadores<sup>16</sup> torna-se necessidade, não por acaso, inicialmente, é assumida pelos filantropos industriais burgueses<sup>17</sup>, os quais são paulatinamente substituídos pelo Estado que toma a educação como seu dever e direito de todos os cidadãos, na forma de projeto político a ser executado.

O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo o caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório da máquina, do qual só se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender (MARX, 2010, p.52).

**Essa redução do nível de conhecimento necessário restrito ao desenvolvimento da atividade do trabalhador, advinda da divisão social do trabalho, torna-se o paradigma dos projetos e programas governamentais para a grande massa trabalhadora na sociedade do capital, sobretudo, em crise. Por isso é necessário que os ideais das classes dominantes tornem-se os ideais dominantes na medida certa,**

13 Ver. Do contrato social de Rousseau.

14 Ver. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais de Max Weber.

15 Dada a constante obsolescência dos meios de produção (tecnologias) e do conhecimento.

16 Cabe ressaltar que a classe trabalhadora, a quem legou-se o labor, o trabalho manual, em todas as etapas históricas anteriores foi marginalizada do processo educativo sistematizado, ou seja, do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

17 Ver. História da educação – da Antiguidade aos nossos dias de Mario Manacorda.

isto é, que a classe trabalhadora em geral as absorva, aprenda e as reproduza para que “não combat[a]m os seus inimigos [...] e todo o movimento histórico [fique] concentrado nas mãos da burguesia”. Por isso, que a classe dominante fornece “ao proletariado uma massa de elementos de educação” (MARX, 2010, p.55).

Nessa perspectiva, podemos compreender que o projeto de universalização do ensino não se constitui como neutro que objetiva genuinamente socializar o conhecimento, mas está intrinsecamente atrelado a um projeto de sociedade assentado sobre o antagonismo de classes, e não vislumbra um horizonte emancipatório, mas a universalização e perpetuação da sociedade burguesa.

### **POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: EXPANSÃO DA HEGEMONIA**

Ao contrário de uma leitura restrita do pensamento do filósofo sardo que o rotula, como o teórico das superestruturas, e o situa no campo reformista, restringindo seu campo de análise e alcance a meras vitórias parciais, Gramsci vislumbra o alcance da transformação do real em uma nova totalidade socialmente livre por uma prisma genuinamente dialético. O autor sardo deixa isso claro ao analisar a crise do capital, da qual pode experimentar sua expressividade com a primeira guerra e a crise de 1929, na qual desvela a complexidade das mediações entre economia e política.

Em sua abordagem historicista, Gramsci compreende que as relações de forças, próprias da luta de classes, tem seus movimentos fenomênicos ou conjunturais e seus movimentos orgânicos e que é preciso distinguir o que é orgânico e o que é ocasional. Nesse movimento, a crise que conforme Marx tem sua raiz na queda tendencial da taxa de lucro<sup>18</sup> acentua-se e pode apresentar-se como crise de hegemonia ou de Estado, em uma linguagem atualizada, crise de governabilidade. Pois, “as crises econômicas [...] podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal.” (GRAMSCI, 2011a, p.44)

---

18 Ver O Capital de Karl Marx. Na análise marxiana, a crise faz parte da contradição interna do capitalismo que visa o desenvolvimento da produção impulsionando novas técnicas para a extração da mais valia e, dessa forma, termina por incrementar a queda da taxa de lucro.

## Visando reorganizar a esfera político-social e reestabelecer a hegemonia

A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e toma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas também o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. (GRAMSCI, 2011, p.61)

No contexto do capital enquanto potência global, a hegemonia não se restringe a uma expansão local-nacional, mas a uma expansão mundial que se manifesta nacionalmente orquestrada pelos organismos internacionais, os quais representam os interesses dos grupos e nações dominantes e se situam como os chamados "partido do estrangeiro [que] representa sua subordinação e servidão econômica à nações ou a um grupo de nações hegemônicas" (GRAMSCI, 2011a, p.20).

Nesse viés, a Unesco e, mormente, o Banco Mundial vem desde o fim da Segunda guerra cumprindo o papel de agentes educativos, ou como afirma Leher (1999) referindo-se ao Banco Mundial, ministério mundial da educação que rege através dos Estados a política educacional, sobretudo com a agudização da crise estrutural do capital a partir da década de 70<sup>19</sup>. Na condição de regente, o Banco Mundial, determina as diretrizes dos pacotes educacionais, mormente, dos países pobres visando, por um lado, proporcionar a reestruturação produtiva e, por outro lado, criar o trabalhador necessário ao capital em crise. Porque "uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral" (GRAMSCI, 2011a, p.19).

---

19 Ver. MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009; ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

Na acepção de Gramsci, podemos afirmar que a Política educacional se configura como partido da classe dominante, pois é o “anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2011a, p.18) isto é, através de seus programas efetiva e reproduz a manutenção da ordem vigente, criando mecanismos de direção no seio da sociedade civil, através do convencimento, não de uma genuína e consciente vontade, mas por criação de uma vontade de ser burguesa no meio social e, sobretudo, pela adesão da sociedade civil e dos educadores, ou seja, pelo exercício da direção, da hegemonia, expressando-se efetivamente como guerra de posição que tem no seio da sociedade civil, seu campo privilegiado de disputa, “[...] pelo menos no que refere aos Estados mais avançados, [...] a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente à irrupções ‘catastróficas’ do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 2011a, p.73).

Desse modo, a Política educacional burguesa se situa no que Gramsci chama de grande política, isto é, à conservação da estrutura econômico-social vigente, isto é, uma revolução passiva.<sup>20</sup> Portanto, compreender que a política educacional é uma ação governamental, significa compreender que os projetos e programas não vislumbram a efetiva transformação social, mas um conveniente ajuste, o que Marx denominou de revolução política, isto é, ações pontuais que em determinada medida podem contribuir para forçar a burguesia “a reconhecer, sob a forma de lei, certos interesses particulares dos operários. Foi assim, por exemplo, com a lei das dez horas de trabalho na Inglaterra” (MARX, 2010, p.54), foi assim com o acesso aos espaços legados aos grupos dominantes como o espaço escolar e universitário. O que significa somente criar condições mínimas tal como são as metas dos programas e projetos, brechas para que os trabalhadores possam se munir das condições materiais e intelectuais necessárias para avançar na luta pela sociedade regulada, o que exige a sóbria compreensão que, por outro lado, os projetos educacionais servem para neutralizar e imobilizar o processo de luta, pela forma de transmissão minimalista do conhecimento (para não dizer sua

---

20 “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânico-sociais.” (GRAMSCI, 2011, p.21)

negação) que mais obscurece que esclarece às classes subalternas quanto à sua condição de subalternidade e, sobretudo, aos limites e possibilidades de um devir radicalmente distinto.

Todo este cenário de contradições nos mostra a autonomia relativa da educação em face às determinações do capital e quanto o trabalho de luta por um novo modo de vida social genuinamente livre demanda força, dedicação, paciência e espírito inventivo. Pois, “estes dois pontos fundamentais – formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral – deveriam constituir a estrutura do trabalho” dos grupos subalternos (GRAMSCI, 2011a, p. 18).

Os organismos internacionais entenderam muito bem a eficácia destes pontos e através das diretrizes que fixaram conseguiram espalhar os termos de uma política educacional capaz de criar uma nova consciência social adaptada aos novos termos econômicos que visam minimizar os efeitos de uma crise sem fronteiras e sem controle. A luta pela hegemonia expressa-se na obtenção do consenso, edificá-lo sobre um solo que o sustente, mas simultânea e especialmente em criar uma força que impeça a expansão adversária, pois “quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários” (GRAMSCI, 2011a, p.20). Nessa lógica, a Política educacional se manifesta como partido que tem como função social a função educativa própria de sua essência programada para cimentar a unidade de uma consciência social hegemônica como força preventiva no combate aos ideais e avanço da luta subalterna.

Não é à toa que os programas e projetos educacionais se articulam com o combate à pobreza, à violência, à vulnerabilidade social e ao exercício da cidadania, em um contexto de agudização da desigualdade social e extrema concentração da riqueza frutos do antagonismo de classes e da propriedade privada<sup>21</sup>. Nesse sentido, que os pilares do aprender se legitimam no cotidiano educado pelo pilar do empreendedorismo<sup>22</sup>, ampliando a concorrência entre os

21 A partir do ano que vem, os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão a riqueza do resto da população, segundo um estudo da organização não-governamental britânica Oxfam.

22 Desde a Conferência de Jontiem em 1990, foram fixados o lema da universalização do ensino e os 4 pilares da educação buscando articular educação e erradicação da pobreza

**indivíduos conforme a lógica de mercado e o fetiche da tecnologia, dissolvendo a identidade de classe. Pois, a**

tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2011a, p.23)

**Gramsci ao tecer suas ideias tinha como horizonte cumprir um papel análogo ao que afirmava ter Maquiavel, explicitar o processo de constituição, ampliação, conservação e superação dos Estados e das formações sociais, com vistas a munir as classes subalternas para o alcance da sociedade regulada. Contudo, era ciente que todas as reflexões acumuladas e socializadas podem ser usadas para reproduzir ou para opor-se a quem está no poder. É nesse espectro que a educação socializada pelos programas e projetos da Política educacional pode cumprir tanto o papel de conservação do projeto dominante como pode assumir formas inesperadas de subversão. Nesse espectro, devemos ter clareza do que é tático (de alcance imediato) e do que é estratégico (de longo alcance).**

**Temos em conta que “toda luta de classes é uma luta política” (MARX, 2010, p.54), não obstante, Gramsci assume sua posição voltada para a história como movimento e compreende a importância de alguns elementos para o processo de luta e transição, como a própria política. Por isso, ao contrapor-se aos economicistas afirma que filosofia é política, é ação, e é isso que distingue a filosofia da práxis de toda a filosofia anterior. Pois,**

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que

---

e metas para alcançar a equidade social. Após diversas conferências, foi constatado, e não poderia ser diferente, que as metas não seriam alcançadas, a solução encontrada foi ampliar o prazo e inserir um novo pilar, o aprender a empreender, que visa negar o desemprego, a ineficácia das políticas e do Estado e coloca no indivíduo a responsabilidade pelo seu fracasso que inempregáveis devem buscar tornarem-se MEI - micro empreendedor individual.

a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento. (GRAMSCI, 2011, p. 56)

**A visão histórico-dialética de homem de Gramsci leva a uma dupla compreensão: por um lado, que os elementos forjados historicamente pela sociedade de classes são mutáveis e não eternos, isto é, existe a possibilidade de superação; por outro lado, estes mesmos elementos precisam ser bem compreendidos para tornarem-se elementos que conjugam-se em favor da luta das classes subalternas. Nesse viés, compreender a filosofia enquanto política, não significa validar a política como essente ao homem, mas compreendê-la como elemento indispensável para a disputa hegemônica em determinado momento histórico em que prevalece a luta de classes, como fato histórico com obsolescência "programada"<sup>23</sup> pela novidade da sociedade regulada. Este fato pressupõe que assim como os antagonismos e dicotomias de classes geraram a política e o Estado, tais antagonismos ao serem superados quando a luta de classes cessar, com ela também deverá ser eliminada todo aparato de governo e de política, tendo em vista que a cisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos será supressumida.**

**É indispensável compreender que esta superação não significa uma mera substituição da forma da política ou de governo, mas exatamente a sua superação, desse modo, o autor sardo questiona**

Na formação dos dirigentes, é fundamental a premissa: pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? (GRAMSCI, 2011, p. 325).

---

23 Vale ressaltar que, longe de um viés determinista e economicista, consideramos esta obsolescência somente como possibilidade, previsibilidade e que esta depende da transformação histórica e radical do modo de vida social hodierno, tendo o homem como artifice da história.

É partindo dessa premissa que revela-se a impotência do Estado frente a resolução de problemas sociais, próprios da sua genuína contradição que repousa sobre a fundante contradição da sociedade de classes: a propriedade privada e a divisão social em classes. Tais contradições são tratadas, contudo, como simples problemas específicos e superestruturais que podem ser remediados, controlados, através da ação de programas e projetos políticos, as reformas, como vem ocorrendo com a educação desde a década de 90. A verdade é que a esfera superestrutural se assenta sobre uma base estrutural atravessada por uma contradição interna que sedimenta a produção e reprodução da vida social. Na acepção gramsciana, essa base se configura como a sociedade civil, terreno de disputa da direção e da hegemonia. Visando a imobilidade da sociedade civil, as reformas que apenas minimizam e aliviam os efeitos e sintomas do capital são pedagogicamente apresentadas como se estivessem atingindo a centralidade do problema enquanto a gênese do problema social é habilmente velada.

Ao compreendermos toda a trama burguesa, destacamos a atualidade de Marx e Gramsci, o primeiro ao delinear a distinção entre revolução social e política<sup>24</sup>, o segundo ao desenvolver a concepção de hegemonia e revolução passiva<sup>25</sup>. Ambos nos mostram que a essência do Estado e sua atuação política é e continua a ser a manutenção e aperfeiçoamento do *status quo* que se efetiva pelos altos investimentos em ações, projetos e programas sociais e políticos, reformas governamentais que intencionam mormente ampliar o raio de alcance hegemônico, especialmente em tempos de crise, nesse intento que se reorganizam todos os projetos e a política educacional, sobretudo, para os países da periferia do capital em crise. Desta feita, um grande trabalho se coloca à frente dos que lutam por um novo

---

24 Conferir Glosas críticas marginais ao rei da Prússia em que Marx explicita a distinção entre reforma política e reforma social, referindo-se à primeira como ajustes no sistema com a manutenção das suas bases, ou seja, a reforma que atua em problemas pontuais sem tocar nos problemas estruturais; e à segunda que vislumbra o alcance da emancipação humana, em outras palavras, a libertação humana da escravidão e de toda forma de opressão.

25 No mesmo viés de Marx, Gramsci define Revolução passiva ou revolução sem revolução. Trata-se de um conceito delineado por Gramsci, sobretudo nos Cadernos 19 e 25, nos quais analisa o processo de unificação italiana, o Risorgimento, e a história dos grupos subalternos. "O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino" (GRAMSCI, 2011, p.209-210).

modo de vida social, a superação do Estado e de toda sua política educacional classista que atravança o avanço das classes subalternas, esta representará a superação de todo o projeto de sociedade burguês e a construção de uma sociedade verdadeiramente livre.

## NOTAS CONCLUSIVAS

O Estado é uma instituição historicamente determinada, isto é, que surge em determinado momento histórico, no momento de constituição da sociedade de classes, portanto, sua gênese coincide com a gênese da propriedade privada e a divisão social em classes antagônicas. Dessa forma, o Estado bem como toda o seu leque de projetos e programas que servem à manutenção da organização social posta não se configuram como elementos essenciais e universais à constituição da humanidade. Compreender isso, significa compreender o que Marx expressa ao afirmar que o homem é o demiurgo da sua própria história, é ele quem pode modificar as circunstâncias em que vive, pois o homem é um bloco histórico como afirma Gramsci.

Nesse viés, o Estado moderno e a política educacional cumprem a função ideológica de imobilizar as classes subalternas pela absorção acrítica destes de todo o conteúdo ideológico dominante que fomenta os projetos educacionais, sobretudo, no contexto de crise do capital. A reprodução do capital é o papel que a política educacional cumpre, predominantemente, pela sua ligação orgânica com o Estado classe.

O envolvimento de instituições financeiras na propagação dos ideais educativos e fixação de diretrizes, como o Banco mundial e dos organismos internacionais revelam a ampliação do raio de alcance da hegemonia dominante, sobretudo nos países mais vulneráveis, na tentativa de obstaculizar a organização da classe trabalhadora e do trabalhador se colocar como demiurgo de sua história, elaborarem sua identidade de classe e apresentarem-se como expressão de uma perspectiva revolucionária.

Todo esse engodo se torna mais aderente no contexto de crise do capital em que aumenta a indignação e a possibilidade de insurgência dada a aplicação da política de austeridade como medida de "controle" em que especialmente os trabalhadores são prejudicados na retração de direitos historicamente conquistados.

Nesse contexto de crise aguda do capital que se arrasta no seu aprofundamento desde a década de 70 e se revela na atualidade pela alta concentração de renda e nos nichos de cartéis internacionais, a política educacional se amplia orquestrada internacionalmente buscando de uma só vez atender aos imperativos do capital, quais sejam, reorganizar a produção para alcançar patamares anteriores do lucro ou ampliá-lo e disseminar novos ideais baseados na liberdade e na individualidade, os quais na verdade buscam obter o consenso e ampliar a hegemonia, fazendo os indivíduos absorverem o conjunto de medidas postas pelo Estado minimalista como a única alternativa possível e, dessa forma, reproduzi-lo.

Para uma alternativa distinta, cabe as classes subalternas utilizarem toda sua criatividade e espírito invento para subtraírem-se da hegemonia dominante e lançarem-se na guerra de posição, ou seja, proporcionar a consciência necessária para a atividade de luta pela emancipação.

## **ABSTRACT**

One of the main pillars of the dominant hegemonic force, especially in today's context, is the educational policy, this has become central in teacher training, passing on the guidelines for the conduct of work and education set by international organizations. In this sense, the original conception of hegemony outlined by Gramsci becomes a fundamental source of inspiration to understand the intricacies that engender power relations, addressing current deadlocks and build a free and emancipated society.

*Keywords:* State. Politics. Hegemony. Educational policy.

## **RESUMÉN**

Uno de los principales pilares de la fuerza hegemónica dominante, especialmente en el contexto actual, es la política educativa, esto se ha convertido en central en la formación de docentes, la transmisión de las directrices para la realización del trabajo y la educación establecido por las organizaciones internacionales. En este sentido, la concepción original de la hegemonía esbozado por Gramsci se convierte en una fuente de inspiración fundamental para entender las complejidades que generan relaciones de poder, parálisis actuales y construir una sociedad libre y emancipada.

*Palabras-clave:* Estado. Política. Hegemonía. Política educativa.

## REFERÊNCIAS

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: Embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere, vol. 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Cartas do Cárcere, vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n. 03, São Paulo, 1999.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos N. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

**Aprovado em outubro de 2014**

**Publicado em março de 2015**